



SIMBIOSE SOCIAL: PELA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO COMUNITÁRIO¹

Thiago Kozorosky Palmeiro²

Carolina Elisa Suptitz³

RESUMO

A hegemonia econômica manifesta-se em todas as searas existenciais, fazendo do consumo e da riqueza indicadores de uma próspera sociedade. Interesses políticos, legitimados pelo culto a economia, sobrepujam qualquer tentativa de integração e convivência harmoniosa entre as nações. Exauriu-se a reflexão filosófica, a busca pela verdade, pela razão, pois os valores agora são determinados por um preço. Uma nova ideologia urge ante aos descaminhos do homem, pois as sociedades estão se inter-relacionando e a carência por um órgão regulamentador com certa autonomia política já se oferece perceptível. Temos um território, um povo, uma economia, mecanismos de comunicação como jamais vistos, contudo, não temos um governo que nos represente, e, por sua ausência, não temos uma sociedade. O intento deste ensaio é condicionar a sociedade para a centralização política que se faz inequívoca, com proposições no plano político, jurídico, social, econômico e ambiental fundamentadas no senso de pertencimento que, tão somente, fora experienciado pelas sociedades mais “primitivas”, mas que se oferecem como a única alternativa.

Palavras-chave: Sociedade. Comunidade. Globalização.

INTRODUÇÃO

Por definição, conforme Michaelis (2008), simbiose é a associação de dois ou mais seres de diferentes espécies, na qual, há um beneficiamento mútuo, ou, por extensão, é a cooperação mútua entre pessoas em uma sociedade. Definição última, com efeito, paralela à fundamentação da proposição central deste artigo,

¹ Artigo elaborado como projeto de pesquisa do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA.

² Aluno do Curso de Direito da FADISMA – 4º Semestre – e-mail: thiagopalmeiro@gmail.com.

³ Professora do Curso de Direito da FADISMA – e-mail: carolina@fadisma.com.br



onde se credita, na singela percepção de que o ser humano é um ser social e, para tanto, necessita da solidariedade e compaixão para uma vivência conjunta harmoniosa (assim como pregavam e, de veras vivenciavam, as mais “primitivas” comunidades).

A “simbiose social”, ainda que a ciência dessa realidade se encontre distante ao entendimento comum, surge como o último brado pela recuperação dos valores sociais e humanitários que, preteridos em meados do século XX pela descrença as reflexões filosóficas, restam imprescindíveis a antagonizar com a racionalidade pragmática e objetiva imposta pela ordem hegemônica, tornando-se, talvez, a única esperança.

A nova ordem é alicerçada por postulados estritamente econômicos, onde, por meio destes, uma nova conjuntura é empreendida, quer seja no plano político, social, cultural, filosófico, ou, até mesmo, no plano ambiental. O conceito de globalização em sua real aplicabilidade acaba sendo um paradoxo por si só, visto que, em sua estrutura teórica, estaria o entrelaçamento e a incorporação dos povos com a abertura das fronteiras transmutando as aceções de tempo e distância. Contudo, o que se vê, é a derrocada da reflexão axiológica e do senso coletivo por valores estritamente econômicos e individuais consequentes da deliberada preconização da competitividade, do consumo e da meritocracia exacerbada. Santos (2001) elucida com franqueza peculiar a atual conjuntura e as possíveis consequências da aceitação passiva desse processo, como segue:

Antes, era corrente discutir-se a respeito da oposição entre o que era real e o que não era; entre o erro e o acerto; o erro e a verdade; a essência e a aparência. Hoje, essa discussão talvez não tenha sequer cabimento, porque a ideologia se torna real e está presente como realidade, sobretudo por meio dos objetos. Os objetos são coisas, são reais. Eles se apresentam diante de nós não apenas como um discurso, mas como um discurso ideológico, que nos convoca malgrado nós, a uma forma de comportamento. E esse império dos objetos tem um papel relevante na produção desse novo homem apequenado que estamos todos ameaçados de ser (p.50).

Encoberta por tal sistematização econômica a civilização tornou-se incapaz de uma reflexão mais profunda, tendo, por vezes, para um problema complexo, uma



resolução mais simplista e objetiva. As patologias sociais são avaliadas tão somente pelo seu último impulso sendo jamais vistas em sua verdadeira essência. É a predileção do imediatismo a despeito da prevenção e de um planejamento político-ideológico. Contudo, é com a ideia de uma visão sistêmica do processo social, sobretudo de seu projeto, com o trabalho na ciência de um senso de pertencimento e a percepção de que todos são efetivamente interdependentes (inclusive o próprio planeta), que se pode retomar o discurso do homem (na conotação coletiva) como o centro de uma ideologia. Essa ação estratégica visa auferir “novos” paradigmas valorativos como a solidariedade e a compaixão acarretando mudanças substanciais em todas as esferas existenciais e, não obstante, vislumbra desvendar como seria uma globalização onde houvesse o envolvimento de todos para consubstanciar, enfim, um mundo efetivamente para todos.

Este ensaio elucida um sonho de uma concepção de mundo apresentando uma concepção de mundo em forma de projeto. Trata-se de uma proposição que vislumbra, por meio da “simbiose social”, desvencilhar-se da ordem hegemônica para uma ordem mais humana, onde o antropocentrismo e o “comunitarismo” conformariam as diretrizes de um sistema que consagra o mundo e a própria civilização como responsabilidade de todos. O projeto tem a pretensão de, sumariamente, rearticular as atuais conjunturas políticas suscitando a ciência de que conformamos uma só sociedade, a “sociedade-mundo”, conforme Morin (2002), e, para tanto, reconvocar a dialética filosófica como mecanismo democrático fundamental.

Destarte, o trabalho configura-se em uma singela contribuição de alguém que ao não se enquadrar, por completo, em nenhum posicionamento político, sistema econômico ou ideologia preexistente, esboça seu próprio entendimento, por julgar este, de certo valor. Entende-se que com a falta de amadurecimento dos Estados em seus entraves burocráticos e, principalmente, políticos para aplicação de uma nova ordem, a proposição aqui apresentada seja de difícil implementação, porém, invariavelmente, a ciência de uma vida harmoniosa entre os habitantes do



planeta terá de acontecer (quer seja por vias normais, quer seja pela própria subsistência). Para se atingir aos objetivos propostos, utiliza-se como método de abordagem o dedutivo, analisando-se as premissas gerais de forma a se alcançar as conclusões, ainda que parciais, de pesquisa.

1 GÊNESE DA GLOBALIZAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO ECONÔMICO

O termo “globalização”, segundo Gomes, foi utilizado originalmente no final da década de setenta por economistas que pretendiam facilitar as negociações entre os países. Todavia, essa relativa proximidade da terminologia não condiz com o início, de fato, de seu processo, que subsiste desde a formação das primeiras comunidades, há aproximadamente dez mil anos, com o invento da agricultura e o estabelecimento, em sua decorrência, de alguns grupos sociais em determinados espaços geográficos, conforme Cesnik e Beltrame (2005).

Contudo, segundo Cesnik e Beltrame (2005), os pequenos agrupamentos enfrentaram dificuldades extremas ao empreender um ambiente de mercado favorável face às distâncias continentais entre um e outro. Posteriormente, com o desenvolvimento das técnicas de transporte e com a sofisticação até mesmo das trocas que, anteriormente, envolviam somente produtos agrícolas, as distâncias foram de forma gradativa diminuindo e as trocas agora envolviam serviços e moedas.

A globalização, efetivamente em escala global, surge nos séculos XV e XVI com a formação dos primeiros Estados Nacionais Europeus e com as grandes navegações, ambos os eventos com caráter político e, fundamentalmente, mercantil. Tais movimentos modelaram o cenário geopolítico atual, onde as metrópoles, além de expandirem seus territórios políticos através das colônias, expandiam, também, a abrangência de seus negócios.



Conforme Cesnik e Beltrame (2005), o século XIX deflagra a revolução industrial, quando, com o abrupto desenvolvimento das mídias impressas e, televisivas, paralelamente à evolução dos meios de transportes e a simultaneidade dos meios de comunicação, a globalização de então vai ganhando os contornos do fenômeno vivenciado pelo século XXI. No século XX, surgem os primeiros conflitos políticos em escala global, ou seja, as primeiras guerras mundiais que, apesar de sua desaprovação geral, contribuíram para a otimização da ciência e da tecnologia. Ainda no século XX, surgem também as empresas multinacionais que, de forma análoga à gênese do processo globalizatório, fazem o papel dos navegadores que se estabeleceram nas colônias viabilizando o domínio e a expansão mercantil de suas metrópoles.

Por fim, conforme Santos (2001), em sua atual roupagem, a globalização adentra o século XXI (ainda com a reverberação do período pós-guerra fria) travestida como projeto instituído pelas grandes potências hegemônicas, propagandeando um beneficiamento mútuo por meio do intercâmbio cultural e das supostas vantagens econômicas preconizadas por quem realmente (ou tão somente) delas se beneficiam. As técnicas são potencializadas e o mundo passa a ser subordinado a elas. Onde, outrora, o esboço hierárquico da ordem global era estruturado pela política, economia e os recursos técnicos disponíveis, hoje, a economia sobrepuja os recursos técnicos e a política, ficando a última à mercê das grandes empresas. Consubstancia-se, então, o império econômico.

1.1 Conjuntura atual

Inequivocamente a luz difusa de um mundo sem fronteiras se acendeu. Não se tem dúvida do entrelaçamento sociocultural, da simultaneidade da comunicação, dos avanços tecnológicos, da sofisticação e viabilidade das trocas comerciais, da diminuição das distâncias e da decorrente velocidade dos meios de transportes. Porém, conforme Bauman (1999), a luz não é difusa, mas sim, direta.



A dúvida está em saber se esta imersão ideológica que incorpora o planeta teve esse caráter solidário (como vendem os defensores da nova ordem), ou se foi elaborada para consagrar a hegemonia do modo de vida ocidental (tirando partindo da economia produtiva das mesmas)?

Os valores humanitários de outrora foram esquecidos ante o pragmatismo do império econômico, onde para cada segmento da vida a sociedade encontra uma solução objetiva. Ora, é bastante conveniente, diante da velocidade requerida por tal conjuntura, não necessitar pensar em uma solução subjetiva se até mesmo o Estado e a política aderiram às “fórmulas mágicas” da economia! Estaria, de fato, a complexidade do ser humano passível de ser equacionada? Santos (2001) ilustra seu posicionamento, como segue:

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão de mundo, convidando, também, a esquecer da oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão (SANTOS, 2001: p.49).

Adentrando a esfera do consumo (um dos principais mecanismos da subversão de valores), a ideologia da globalização, a bem da verdade, não visa produzir os produtos que se mostram escassos, mas sim, determina-se em produzir a própria escassez com a efêmera e deliberada defasagem dos produtos instituindo um ciclo crônico de consumo. Seus sintomas valorativos encontram-se na aceitação, pelo homem, em somente aquilo que é palpável, tangível, e suas consequências configuram-se na alienação intelectual e na incapacidade de autoquestionamento sobre sua conduta moral, conforme Santos (2001).

As multinacionais mais “bem sucedidas” ganham poderes políticos, quase aristocráticos, passando a serem depositárias do poder independentemente do país ou região a qual estejam inseridas. Em um contexto globalizado não são as empresas que se adaptam ao entorno, mas o entorno vem a adaptar-se aos desmandos corporativos, como o demonstrado:

Cada empresa, porém, utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm



olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como um elemento de perturbação e mesmo de desordem. Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social (SANTOS, 2001: p.85).

Assim, a hegemonia ocidental desnuda a globalização mostrando que a nova ordem possui uma única voz de comando. O projeto que sempre foi local agora salta aos olhos por sentir-se na pele, restando urgente e imprescindível a proposta por um novo discurso.

1.2 Conjuntura pretendida

A mente da humanidade está confusa, pois o egocentrismo impregnou em seu espírito. Se perguntado a alguém como seria o mundo ideal este provavelmente lhe descreveria o que seria o ideal para ele no mundo. O alicerce da proposição para a conjuntura que se pretende baseia-se tão somente na solidariedade e compaixão, ou seja, no ajustamento do egocentrismo para o altruísmo, conforme Cutler (2000).

A mudança, se de pretensões perenes, deve-se por iniciar de baixo para cima, de modo que o exercício e predileção do bem-estar social em detrimento ao individual torne-se uma ideologia debatida, deliberada, efetivada e continuada. Aristóteles assim pensava:

Pois ainda que o grupo de cidadãos pareça possuir elevadas qualidades morais, sem que cada um de seus membros as tenha, seria melhor que a virtude estivesse primeiro no indivíduo, pois na virtude de cada um encontram-se a virtude de todos (ARISTÓTELES, 2013: p. 255).

Se a pretensão de um povo for adotar valores democráticos e humanistas, implantando a ciência de que fazem parte de uma só sociedade, a sociedade-mundo, conforme Morin (2002), sendo que os efeitos causados a ela (bons ou ruins) refletissem, de alguma forma, em si mesmos, conformar-se-ia a base para a



proposição que se pretende. Logo, a sociedade detendo valores de cunho estritamente econômicos, semeia o consumismo, a competitividade e a meritocracia exacerbada, ou seja, semeia o retrato de nossa circunstância atual. O direito dos povos ao humanismo, à liberdade, à igualdade e à fraternidade, ambos adquiridos de forma democrática em um contexto globalizado, é bem descrito no trecho que segue:

A globalização que começou em 1990 é a última etapa de um processo de planetarização iniciado no século XVI com conquista das Américas e expansão das potências da Europa Ocidental sobre o mundo. Tal processo é marcado pela predação, escravidão e colonização, mas também pelo desenvolvimento e pela propagação mais tardia e difícil de outra planetarização, oriunda, também ela, da Europa Ocidental, e que lhe é, a um só tempo, ligada e antagônica: a do humanismo, dos direitos humanos, do princípio de liberdade-igualdade-fraternidade, da idéia de democracia, do direito dos povos à existência nacional, do internacionalismo (MORIN, 2002).

Em sentido político, a proposta não desconsidera nem o capitalismo tampouco o socialismo, ponderando o que de melhor esses sistemas tem a oferecer, e, para tanto, tirando partido de suas experiências. Abarca a priorização pelo social do socialismo e a liberdade democrática do capitalismo, conformando um sistema comunitário global baseado no sistema produtivo das pequenas comunidades (em virtude de suas relações e de seu senso de pertencimento, conformando uma tentativa de implementação dos valores comunitários à escala global). Pensando que o essencial não se encontra nos dogmas de uma ideologia política, mas na capacidade política de melhor adaptar-se a sociedade em seus dogmas:

Nas condições atuais, o movimento determinante, com tendência a uma difusão avassaladora, é o da criação da ordem da racionalidade pragmática, enquanto a produção do espaço banal é residual. Pode-se, todavia, imaginar outro cenário, no qual o comportamento do espaço de fluxos seja subordinado não como agora à realização do dinheiro e encontre um freio a essa forma de manifestação, tomando-se subordinado à realização plena da vida, de modo que os espaços banais aumentem sua capacidade de servir à plenitude do homem (SANTOS, 200: p.112).

O conflito de classes, motivação primeira do discurso comunista, segundo Marx (2012), que historicamente deu-se em virtude da desigualdade social e da própria existência das classes sociais, ganha uma nova abordagem nesta



proposição de mundo comunitário. Anteriormente, os mesmos eram acometidos, precipuamente, por questões políticas e econômicas. No segmento econômico, as classes desfavorecidas se viam inoperantes e sem perspectiva ante a inviabilidade de transição de uma classe para outra, melhor dizendo, quem nascia no proletariado muito provavelmente morreria no proletariado. Na seara política os conflitos eram consequência do monopólio e/ou oligarquia das classes dominantes no poder.

No entanto, nas circunstâncias atuais a transição econômica, ainda que difícil, torna-se possível, e, quanto à sistematização política, esta oportuniza o poder a todos através da democracia que se faz majoritariamente instituída, se não na prática, no ideário dos poucos países na qual ainda não se estabeleceu. Essa conjuntura está longe de ser a ideal, contudo, o que se deve atentar não é para a mudança da democracia em si, mas em rever alguns mecanismos e arranjos do sistema democrático em seu pleno desenvolvimento. Situação tal que elimina o conflito de classes como foco central, por julgar-se descontextualizado e anacrônico, e direciona para a estruturação mínima do Estado e ao condicionamento social, cultural e intelectual da sociedade, ou seja, direciona para uma nova forma de priorização pelo social.

Portanto, a proposição, em termos econômicos e políticos, estaria na estruturação por parte do Estado principalmente no que tange à educação, oportunizando condições iguais a todos no limite de tornar a diferença social tão somente uma questão de escolha, e, quanto à democracia, aperfeiçoar e viabilizar suas ações para decisões de caráter global. Tais questões serão especificadas nos capítulos posteriores.

Entretanto, torna-se pertinente enfatizar que dentro da ideologia pretendida, a concentração de renda não será condição de uma vida plena e feliz (situação preconizada pelas grandes mídias sociais em um contexto de império econômico), conforme Culter (2000), ficando esta a cargo da nova hierarquia de valores proposta. A felicidade e a condição que se pretende são esboçadas por Aristóteles, como segue:



[...] a felicidade, resulte ela de prazeres ou de virtudes, ou de ambos, é mais comumente encontrada em aqueles cuja mente e cujo caráter são mais bem cultivados e que possuem apenas uma parcela moderada de bens, do que entre aqueles que possuem uma quantidade exagerada de bens, mas são deficientes no que diz respeito às qualidades morais e intelectuais [...] (ARISTÓTELES, 2013: p. 234).

Contudo, a igualdade social impulsionada de forma arbitrária desconsidera a cultura democrática de uma sociedade, conforme Dahl (2001). Assim, caso instituída, vem a tornar-se efêmera. A desigualdade social só é um problema, dentro da conjuntura pretendida, se relativizada a pobreza e a miséria, estes sim, focos centrais dignos da maior atenção no redirecionamento orçamentário. O que deve ser combatido é justamente a falta de opção por tal liberdade quando tolhida pela falta de estrutura. Sem embargo, a priorização pelo social deve ser estabelecida, mas de forma consistente e duradoura, uma vez que não se constitui um sentimento solidário ou o senso de pertencimento pretendido de forma arbitrária, pois este deve ser em um primeiro momento estruturado para, posteriormente, ser sentido. Como pensa Aristóteles:

Mas mesmo se tivesse fixado esse meio igualmente a todos os cidadãos, ele de nada adiantaria, pois não são as propriedades e sim os desejos dos homens o que precisa ser igualado, o que é impossível sem uma educação estabelecida por boas leis. (ARISTÓTELES, 2013: p. 93).

Sabe-se que não há verdades absolutas, mas sim, posições e contraposições baseadas na circunstância atual e nos processos já vivenciados. Digerindo empiricamente todas essas experiências pode-se fazer projeções dentro dos dados que se possui. Não será aqui apresentada a verdade absoluta, mas uma mera projeção subjetiva baseada nas verdades, então, experienciadas.

2. A IDEOLOGIA COMUNITÁRIA

As comunidades primitivas, conforme Bianchini (2014), tinham a própria comunidade como bem maior, o bem comum. Logo, os interesses individuais eram deixados, por vezes, de lado em benefício a questões sociais priorizando o grupo enquanto causa transcendente. Em sua cadeia produtiva as funções eram



interdependentes, onde, conjuntamente, supriam as carências e necessidades de seu respectivo agrupamento. Assim, cada membro era responsável pelo todo, cabendo ao todo o dever de amparar cada membro. Instituíam-se um laço, a um só tempo, sentimental e pragmático, uma relação de amor e comprometimento recíproco, uma verdadeira causa a ser defendida. Do exposto depreende-se:

Assim, por natureza a cidade é anterior à família e ao indivíduo, uma vez que o todo é necessariamente anterior à parte. Se o corpo é destruído, não existirá nem o pé nem a mão [...] (ARISTÓTELES, 2013, p. 57).

Com o transcurso do tempo, as transformações geopolíticas conformaram sociedades cada vez mais fragmentadas e desconectadas do âmbito global e, apesar da ciência de que vivem em um único mundo, tornaram-se cada vez mais antagônicas e intolerantes a despeito da solidariedade e condescendência. Questões de ordem política como soberania, por exemplo, rivalizam com a integração não tornando possível sua coexistência em um contexto de ambição e egocentrismo, quando na verdade, nosso amadurecimento e pensamento político deveria nos guiar para a lógica que segue, contudo, transpondo-a em escala global:

E quando várias aldeias se unem em uma única e completa comunidade, a qual possui todos os meios para bastar-se a si mesma, surge a cidade (pólis), formada originalmente para atender as necessidades da vida e, na sequência, para o fim de buscar viver bem (ARISTÓTELES, 2013: p. 56).

Tais guianças políticas acabaram refletindo na criação de novos valores pelas respectivas sociedades, onde, ao confrontar-se com sociedades mais “primitivas” elucidam os descaminhos morais atualmente defendidos e vivenciados. Cortella (2011) relata a visita de dois caciques xavantes à cidade de São Paulo ao ficarem perplexos (em uma visita ao mercado público) quando viram uma criança comer comida estragada diante a fartura ali presente, como segue:

[...] _ Eu não entendi. Por que ele está pegando essa comida estragada aqui no chão, se tem essa pilha de comida boa?
_ É que para pegar comida dessa pilha aqui precisa de dinheiro.
_ E ele não tem dinheiro?
_ Não tem.
_ Por que não tem dinheiro? – indagava o cacique.



No que ele está cutucando? Na nossa base ética, no nosso valor de vida. A gente acha que uma criança com fome, mesmo diante de uma pilha de comida boa, pode comer comida estragada. Porque a vida é assim. É normal.

_ Ele não tem dinheiro porque ele é criança.

_ E o pai dele tem?

_ Não, o pai dele não tem.

_ Não entendi. Por que você, que é grande, tem e o pai dele, que é grande, não tem? De qual pilha você come, dessa daqui ou a do chão?

_ Dessa daqui.

_ Por quê?

A única resposta possível para o cacique naquele momento foi à resposta que algumas pessoas que já desistiram dão: “Sabe o que é? É que aqui é assim”...

Os dois índios, diante da resposta, falaram uma coisa de que eu nunca mais esqueci. “Vamos embora”. Não é que eles pediram para ir embora do mercado, eles pediram para ir embora de São Paulo. Veja como eles são “selvagens” (CORTELLA, 2001: p.131).

Notadamente as sociedades atuais defendem seus próprios interesses. O que parece contraditório explica-se no próprio mecanismo de venda do mundo capitalista (o marketing), que usado de forma errônea iludiu o mundo propagando a ideia de uma globalização essencialmente para todos, quando, o que se pretendia, era alargar o mercado consumidor do mundo ocidental, conforme Santos (2001).

A ideologia comunitária proposta é de justamente resgatar os valores coletivos das comunidades “primitivas” (porém em escala global), claro, com as devidas adequações temporais e respeitando as experiências, então, compartilhadas, e reverberando seus efeitos em todos os planos existenciais, onde todas as civilizações venham a ser as próprias artesãs da economia, política, cultura, enfim, do novo mundo que se pretende.

2.1 Plano político

Como uma resposta a ideologia econômica, as sociedades e o direito vislumbram o resgate do homem como o centro das discussões. Contudo, com a globalização em seus valores atuais a ideia do consumismo e da competitividade ainda se faz presente. Na tentativa de desvencilhar-se de tal ideologia os desafios



seriam muitos, desde a resistência da própria sociedade até entraves burocráticos e políticos, principalmente do lado de quem ainda parasita dessa sistematização.

Poderia se encontrar uma resposta em uma democracia global, porém, as organizações internacionais são fortemente influenciadas pelos EUA, temendo objeções dos depositários da maior economia e poderio bélico do planeta. Entretanto, tal democracia talvez seja menos utópica que uma reação das próprias organizações internacionais. Teme-se que tal conscientização venha tardiamente com alguma circunstância extrema de pobreza, miséria ou catástrofes de todo gênero.

Alguns dados permitem esperar um estreitamento dos vínculos entre os habitantes de nosso pequeno planeta. O primeiro e mais importante é, sem dúvida, a existência de um organismo internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU), que não dispõe de nenhum poder político, mas que já exerceu, em diversas ocasiões, uma ação benéfica e pacificadora. Por certo o edifício ainda é frágil e pode desmoronar-se como aconteceu com a Liga das Nações, que a precedeu (BRUSHL, 1997: p. 128).

O tratado de Westfália, o tratado de Viena, bem como a história de lutas da Europa contra os próprios Estados europeus que em diferentes épocas viam-se com potenciais bélicos para constituir certa hegemonia e subjugar os demais, tornam-se um paralelo com a luta vivenciada hoje pelos países do mundo contra os EUA. Estes tratados selaram uma convivência harmônica entre os Estados sem um Estado hegemônico, ou seja, regulamentaram tal convivência sem que houvesse um Estado preponderante politicamente. O referido artigo vislumbra justamente uma reprodução contemporânea de tal tendência, regulamentando uma convivência harmônica de todos os Estados sem um Estado soberano, onde o poder central dar-se-ia por deliberações e regulamentações envolvendo todos os membros.

A disseminação e implantação ideológica da globalização foram feitas gradativa e silenciosamente, uma estratégia política bem planejada, sem extremismos ou uso da violência, fatores responsáveis por seu estabelecimento e longevidade. A evolução tecnológica vivenciada, em um só tempo, favoreceu



potencialmente a efetivação e disseminação de tal circunstância, decorrência das potencialidades dos novos meios de comunicação e transporte.

Se os entraves políticos são tamanhos e uma revolução violenta seria o contrassenso da própria ideologia proposta neste ensaio, porque então não usar da mesma estratégia da globalização tirando partido de toda técnica e meios de comunicação existentes para a implantação dessa nova ideologia? Para tanto, uma estratégia de negação aos valores impostos deve ser desenvolvida, assim como, para a implementação dos novos. Uma atmosfera de otimismo paira quando se percebe que só precisa-se da sociedade para tal transformação:

O conhecimento da sociedade política não a põe como um objeto indiferente; isso significa que, distintamente dos objetos naturais, as ideias a respeito das questões estatais de algum modo contribuem para manter ou transformar a própria realidade dessas questões (ALVES, 1987: p. 57).

Tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto determinados tratados internacionais (principalmente a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948), foram instituídos logo após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, após uma tragédia de magnitude global. Será que a civilização, realmente, precisa esperar outra catástrofe de tamanha grandeza para pensar em um órgão de maior intervenção política que as organizações internacionais já existentes (por mais utópica que a proposta deva parecer), ou, ao menos, por alguma mobilização ou projeto sócio ideológico que previna tais acontecimentos? Pois o perigo encontra-se iminente.

A despeito da viabilidade de uma democracia global, Morin (2002), sistematiza a pretendida “sociedade-mundo” através dos seguintes apontamentos, a saber: a) a sociedade para constituir-se necessita de um território e de um sistema de comunicações, sendo que nas circunstâncias atuais possuímos um território (o próprio planeta) e um sistema de comunicação como jamais visto; b) a sociedade carece de uma economia, a qual atualmente dispõe de instituições mundiais que regem as relações econômicas, ainda que lhe faltem autonomia para intervir e regulamentar em determinadas situações; c) a sociedade é inseparável de uma



civilização, ainda que a sociedade ocidental configure padrões mundiais com o crescente da globalização subsidiada pelo sistema econômico capitalista; d) uma sociedade possui uma cultura, ainda que tenhamos múltiplas culturas em nosso planeta as inter-relações entre as mesmas, facilitadas pela abertura das fronteiras de todo gênero, suscita uma única cultura, tão singular quanto as demais, porém, proveniente da incorporação das mesmas.

A construção lógica de tal centralização política é oriunda da origem e constituição do Estado, quando a sociedade teve por necessário a regulamentação dos indivíduos em virtude de suas relações intersubjetivas, tanto por circunstâncias da vontade quanto da natureza humana, conforme Dallari (2013). Contudo, a conjuntura atual é de um mundo globalizado, onde a evolução das técnicas, paralelamente a abertura das fronteiras, propicia não somente a relação entre os indivíduos, mas entre as sociedades, ou seja, se outrora a relação dos indivíduos deveria ser regulamentada em virtude do bem comum e do estabelecimento da ordem, atualmente a relação das sociedades deve submeter-se aos mesmos postulados, porém na escala e em contexto global.

O desafio consiste em pensar em uma regulamentação sem a interferência na soberania dos países envolvidos, acreditando-se que o teor emergencial da circunstância transcenda a interesses puramente políticos. No entanto, para tais ações, a observância à democracia se faz imperiosa. Resta a reflexão do que mais convém: atentar-se para as resoluções de conflitos entre os povos, que vem dizimando nações, ou para o estabelecimento e a perpetuação da soberania dos países em seus interesses estritamente individuais?

2.2. Plano jurídico

Com a adesão da sociedade a um órgão regulador central cuja finalidade seria sobrepor todas as famílias jurídicas, na medida do possível, em suas similitudes, porém, dentro de arranjos e premissas democráticas, o próximo passo



seria a elaboração de tais ditames jurídicos. O direito incumbir-se-ia de normatizar essa transformação de mundo dentro dos anseios e objetivos comuns da civilização, ou seja, conformaria as diretrizes de um mundo mais humano, democrático e menos soberano.

Disse anteriormente que doravante era impossível agrupar certos sistemas jurídicos entre si de modo a constituir famílias de direitos dotados de numerosos traços em comum. No entanto, essa tipologia tinha um valor didático e científico. Ora, esse parentesco, assim reconhecido, entre as normas de direito de diferentes grupos sociais pode ter igualmente um valor prático de grande interesse: é suscetível de facilitar a regulamentação dos conflitos. Poderíamos assim imaginar organismos comuns aos membros dessas famílias, encarregados de facilitar a solução de suas divergências jurídicas. (BRUSHL, 1997: p. 129).

O Direito Comunitário proposto não teria um caráter fundamentalmente intervencionista, mas sim, regulador e mediador das relações zelando pela cultura e identidade de cada nação, assim como preconizam os tratados e convenções internacionais já existentes, pois, com as circunstâncias atuais propícias às inúmeras interconexões e relações entre os países, seria pertinente conceber um órgão regulador sedimentado e consonante a respectiva realidade com a incumbência de evitar tanto as injustiças latentes como os inúmeros conflitos existentes.

Hoje, porém, o que ocorre é algo bem diverso: as relações multiplicaram-se, e tudo leva a crer que se desenvolverão em ritmo acelerado. Segue-se que os contrastes quase sempre agudos entre esses diferentes sistemas jurídicos são suscetíveis de provocar graves conflitos [...] (BRUSHL, 1997: p. 127).

Na tendência atual do direito de atentar às injustiças sociais, regulações e interferências de ordem econômica seriam prudentes, uma vez que determinados países de economia subdesenvolvida padecem com o atual sistema de hegemonia econômica, pois são execrados pelas grandes potências em seus produtos de alta qualidade conformando uma concorrência, deveras, desleal. Tais países não se tornam capazes de propagar sua produção no mercado interno, tampouco no externo, carecendo de certa intervenção institucional para sua subsistência.



Incorporar um direito a outro (total ou em partes) por julgar que o outro resolverá problemas pendentes que o direito interno não resolveu. Portanto os direitos podem (na maioria) originar-se pelo interno e também, pelo externo (BRUSHL, 1997: p. 120).

O “capitalismo selvagem” e a competitividade desmesurada da contemporaneidade fizeram por necessária uma reflexão sobre os valores e descaminhos do mundo. O direito vem para regulamentar essa nova condição em uma interdisciplinaridade e pluralidade de questões que envolvem um novo direcionamento ético e moral da civilização. Têm-se, então, a relevância do plano jurídico.

2.3 Plano social

A regulamentação proposta pelo plano jurídico necessita estar afinada com a sociedade, ou seja, deve partir da própria sociedade (ainda que incentivada) a manifestação e a vontade por um mundo integrado para que as diretrizes jurídicas, as políticas educacionais e a antropolítica, conforme Morin (2002), sejam legitimadas. Portanto, tal planejamento deve surgir de baixo para cima.

As referidas políticas teriam como objetivo não somente desconsiderar alguns valores e circunstâncias postas pela cultura ocidental, mas tirar o que se tem de melhor da mesma agregando, também, outros tantos seguimentos segregados pela predileção econômica mesmo que constituidores do cenário de nossa civilização. Trata-se do contraponto axiológico da circunstância atual, esta, bem elucidada por Santos (2001), como segue:

Esse sistema da perversidade inclui a morte da Política (com um P maiúsculo), já que a condução do processo político passa a ser atributo das grandes empresas. Junte-se a isso o processo de conformação da opinião pelas mídias, um dado importante no movimento de alienação trazido com a substituição do debate civilizatório pelo discurso único do mercado (SANTOS, 2001: p.60).

Após a percepção dos problemas fundamentais de ordem global, pode-se conceber um projeto educacional consonante as políticas e a sociedade comunitária



que se pretende. Atentando para o grande desafio da educação que consiste em sobrepujar o mecanismo formador de valores da sociedade atual em suas especializações e abordagens de cunho estritamente econômico, que é a propaganda. A propaganda doutrina a humanidade e a condiciona para o consumismo desmesurado, onde, diante tamanho desafio, resta a educação tirar partido das técnicas desenvolvidas e adaptá-las a fim de fomentar a aprendizagem e mitigar o consumismo.

Há dois aspectos indispensáveis ao bem-estar de todos: um deles é a escolha de um fim correto para a ação, e o outro é a descoberta das atividades que funcionam como meio para alcançar esse fim [...] (ARISTÓTELES, 2013: p. 254).

As especificações do projeto educacional abordado não é intento desse artigo, ficando a seu cargo, tão somente, o apontamento da relevância da mesma em se tratando até mesmo da transformação e inversão dos valores de uma sociedade. Sabe-se que o Estado é (ou deveria ser) o reflexo de seu soberano, isto é, da sua sociedade, e, ele só amadurece quando a sociedade amadurecer e condicionar-se para o enfrentamento de uma circunstância inevitável que se encontra cada dia mais iminente, uma globalização cada vez mais intensa, um mundo cada vez menor.

Assim, a sociedade deve estar pronta para a simbiose social, onde as inter-relações estão, a cada dia, mais intensas e carecendo de regulamentação, mas, acima de tudo, de uma ideologia como paradigma, tanto para as diretrizes jurídicas, políticas, quanto para os valores morais que a guiará para um mundo mais humano.

2.4 Plano cultural

Nada mais pertinente que começar esse tópico com as palavras de Santos (2001), proferindo que “gente junta cria cultura”. Com a aproximação das sociedades em suas incorporações mútuas seria inevitável não conceber a criação de uma nova cultura criada a partir da fusão dos pequenos polos. Não se fala aqui da cultura de



massas vigente e imposta pelos estadunidenses, mas, sim, da concentração isonômica de ingredientes que só uma globalização verdadeira (e não imperialista) seria capaz de receitar.

Um esquema grosseiro, a partir de uma classificação arbitrária, mostraria, em toda parte, a presença e a influência de uma cultura de massas buscando homogeneizar e impor-se sobre a cultura popular; mas também, e paralelamente, as reações desta cultura popular. Um primeiro movimento é resultado do empenho vertical unificador, homogeneizador, conduzido por um mercado cego, indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades (SANTOS, 2001: p. 143).

Ainda que de alcance global, conforme Santos (2001), a cultura ocidental, apesar de efetivada, não se encontra arraigada nas sociedades por tratar-se de costumes exógenos, externos, e não verdadeiramente constituídos por todas as sociedades que superficialmente, os possuem. A cultura interna, endógena, subsiste paralelamente, ainda que suas manifestações sejam menos intensas, pois é uma construção daquela sociedade, são costumes e regionalismos muitas vezes externados pelas condições geográficas, climáticas, enfim, sobre um contexto territorial local e, não obstante, sobre características de seu próprio povo.

[...] o que vem de cima está sempre morrendo e pode, por antecipação, já ser visto como cadáver desde o seu nascimento. E essa a simbologia ideológica da cultura de massas. Já os símbolos "de baixo", produtos da cultura popular, são portadores da verdade da existência e reveladores do próprio movimento da sociedade (SANTOS, 2001: p. 143).

Contudo, trabalhando no conceito de uma sociedade e/ou globalização de todos e para todos, pode-se manter as culturas polarizadas, regionais e, em um só tempo, construir uma cultura global com a fusão das demais, onde esta formará o elo entre as nações, a intersecção, ou seja, a empatia e o entrosamento entre os povos vislumbrando o senso de pertencimento.

2.5 Plano econômico



Além da miscigenação e da fusão sociocultural propiciada pela ideologia comunitária em uma nova roupagem de globalização, as interconexões das sociedades oportunizaram as relações e trocas econômicas entre as mesmas. Assim como supracitado no plano jurídico, tais relações, respeitando a ideologia comunitária e prezando pela justa distribuição, devem ser reguladas por um órgão político, como uma adaptação das proposições Keynesianas, conforme Vasconellos, em contexto global, em decorrência do consumismo e da competitividade ter dominado nossa hierarquia de valores.

A necessidade de competir é, aliás, legitimada por uma ideologia largamente aceita e difundida, na medida em que a desobediência às suas regras implica perder posições e, até mesmo, desaparecer do cenário econômico. Criam-se, desse modo, novos "valores" em todos os planos, uma nova "ética" pervasiva e operacional face aos mecanismos da globalização (SANTOS, 2001: p. 57).

As políticas Keynesianas, em contexto global, incorreriam no incentivo a produção das potencialidades específicas a cada país partindo da premissa de que os recursos são finitos, ou seja, as organizações internacionais ou alguma outra forma de democracia global destinariam incentivos fiscais, isenção de impostos ou nichos de mercado preestabelecidos para países hipossuficientes desenvolverem seus produtos.

A justificativa se encontraria no ingresso de tais países à engrenagem econômica mundial e, não obstante, suprimindo os demais da carência de tais produtos. Seria, também, uma prevenção em alguma circunstância extrema, alguma eventualidade ou catástrofe, onde os recursos de diferentes espécies se encontram concentrados em determinadas regiões e inexistentes em outras, apesar das potencialidades de cada país para assim fazê-lo.

Em tais situações extremas o reconhecimento desta proposição tornar-se-ia evidenciado, pois saberíamos que ao necessitar de potencialidades específicas de outrem dependeríamos, como dependemos, dos demais coabitantes. É o ensejo para uma sociedade interdependente e comunitária, onde, mais cedo ou mais tarde essa medida deverá ser tomada, pois os recursos são finitos, mas o que não pode



ser finito são os valores solidários. Contudo, os valores dignos de questionamentos, que vem massacrando as economias subdesenvolvidas em detrimento ao humanismo, foram bem descritos por Santos (2001), a saber:

Os papéis dominantes, legitimados pela ideologia e pela prática da competitividade, são a mentira, com o nome de segredo da marca; o engodo, com o nome de marketing; a dissimulação e o cinismo, com os nomes de tática e estratégia. É uma situação na qual se produz a glorificação da esperteza, negando a sinceridade, e a glorificação da avareza, negando a generosidade (SANTOS, 2001: p. 61).

A condição da justa distributividade não se efetiva por fins meramente econômicos e conseqüentemente políticos, pois na atual ideologia os depositários do poder são os países economicamente mais desenvolvidos. A temeridade das grandes potências estaria na perda de grande parte de seu mercado pela intervenção estatal com a busca pela justa distributividade e, não obstante, no decurso natural da economia, onde as superpotências estariam sobrecarregadas, melhor dizendo, teriam que trabalhar para os países que pouco colaboram com o fluxo da economia mundial.

Contudo, o que vislumbra a ideologia comunitária não é a intervenção pela igualdade das economias, mas sim, pela verdadeira chacina que determinados países vem sofrendo em decorrência da supervalorização econômica. Ademais, certo embargo, assim como sugestiona as políticas Keynesianas, deve ser feito, tanto para o bem da própria economia, quanto, principalmente, para o bem das nações. Trata-se, mais uma vez, da priorização pela perspectiva coletiva e pela capacidade de se viver bem refutando o auto custo da luxúria.

Uma definição melhor seria a de que um homem deve ter bens o bastante que o torne capaz de viver não apenas de modo temperante como também com liberalidade, pois, se esses dois modos se separam, a liberalidade poderia encaminhar-se ao fausto desmesurado, e a temperança à vida excessivamente árdua (ARISTÓTELES, 2013: p. 90).

Assim como o querer da sociedade reflete nas ações estatais, o querer do Estado, mesmo que de forma impositiva, acaba refletindo e legitimando em algumas atitudes e valores da sociedade. A ganância das potências econômicas só aumenta e legitima a ganância e a perspectiva individual de sua sociedade, onde, a



transformação de tal conjuntura urge por sua mola propulsora, mesmo que esta venha na forma deste ensaio. O mesmo, aos olhos de muitos, pode mostrar-se fundamentalmente utópico, mas, aos olhos de outros tantos, pode vir a ser mais um resquício de esperança.

2.6 Plano ambiental

A ideologia de consumo foi imposta tácita e silenciosamente pelos estadunidenses logo após a Segunda Guerra Mundial para restaurar sua maculada economia. O seu principal responsável, ou a mente criativa desse processo, segundo “A História das Coisas” (2014), foi o economista e analista de varejo Victor Lebow, o qual, legitimado pelo consentimento Estatal, proferiu que o consumo tornar-se-ia uma espécie de religião influenciando diretamente em nosso modo de vida e, até mesmo, em nosso enquadramento e permanência em determinados segmentos sociais. Tal estratégia foi definida pelo mecanismo da obsolescência planejada e perceptiva, onde a primeira consistia em que os objetos fossem projetados para avariar rapidamente coagindo os consumidores a comprar, não o mesmo objeto, mas o seu lançamento que era prontamente disponibilizado; a segunda consistia na defasagem estética e prática dos produtos, usando, também, do pronto lançamento dos modelos atualizados de tal maneira a constranger moral e socialmente os indivíduos que não os possuíssem.

Tal ideologia, inconscientemente, nos faz acreditar que pelo fato dos países manterem essa política consumista, caso não nos determinamos a compactuar com a mesma comprando de ano em ano os produtos por ela estabelecidos, não estamos ajudando nossa própria economia, ou seja, não estamos ajudando o nosso próprio país. Contudo, ninguém parou para refletir que o problema é muito mais profundo do que se imagina, pois está na base ideológica de uma proposição e não em sua própria economia, como nos fazem acreditar.



Tem-se então, em 1950, segundo “A História das Coisas” (2014), o início da ideologia que perdura até então e que consagra os bens de consumo em detrimento a todo e qualquer valor humanitário. As consequências? Bom, em se tratando de recursos naturais os EUA estão dizimando suas florestas e contaminando seus rios de tal maneira que, em um só tempo, partem para a política de expansão de seu mercado e de suas indústrias em outras localidades. Assim, passam a vender mais pela expansão global de seus negócios e não carecem de extrair os já escassos recursos naturais de seu país.

A política de consumo americana já se faz presente em caráter global, é bem verdade que com menos intensidade que em sua sede original, contudo, segundo “A História das Coisas” (2014), se todos os países consumissem o tanto que os EUA consomem para assegurar seu modo de vida, necessitaríamos de 3 a 5 planetas para extração dos recursos naturais. Isso, tratando-se apenas de extração e não contabilizando as toxinas liberadas com a queima dos lixos e os espaços preestabelecidos para o tratamento dos mesmos.

Como se vê, os recursos são finitos e não temos estrutura física e geográfica para suportarmos o nosso próprio modo de vida. Atentando para o “ser” em detrimento do “ter” já se começaria a, consideravelmente, distanciar-se do fim que estamos fadados a chegar. Valorizar e incentivar o início da produção de bens de consumo com projetos como o desenvolvimento sustentável, bem como, sua destinação final com as múltiplas formas propostas de reciclagem, seria elementar para a constituição do objetivo único da ideologia proposta, que é de viver harmoniosamente em sociedade, ou seja, viver, tão somente, bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imperioso se oferece a projeção de um futuro próximo, dentro da conjuntura atual, para a constante reavaliação de nossas estruturas. Este ensaio ilustra nossa atual condição e, a partir disso, projeta os prováveis contornos que nossa sociedade



assumirá. Alguns prognósticos, tido como inequívocos, são mera projeções da contemporaneidade.

Hoje, vive-se sob um mesmo território, tem-se um sistema econômico que tutela suas respectivas relações, comunica-se de forma imediata com quem quer que seja, locomove-se com brevidade entre as mais longas distâncias, tem-se a possibilidade de relacionar-se com inúmeros povos, inúmeras culturas, os mecanismos de informação nunca propiciaram uma atuação tão abrangente e imediata, contudo, ainda se está longe de o mundo ter uma sociedade.

Antagonizando ao pensamento de que se pode viver harmoniosamente entre as sociedades, as convencionadas estruturas políticas desvirtuaram de seus objetivos, e, pela bandeira da soberania, protagonizam os maiores conflitos da humanidade. O Estado, no qual sedemos parte de nossa liberdade esperando uma contraprestação, uma amparo, se mostra avesso quando essa obrigação toma escala global, onde a ambição e os vislumbres políticos são prevaletentes.

Contudo, tem-se como certo que os arranjos políticos caminhem para unificação, para a centralização global. O que se faz acreditar são os descaminhos que o mundo está tomando criando a urgência de um órgão regulamentador, o que já é notado por algumas instituições, em especial, as Organizações Internacionais. Tais Organizações primam por um mundo mais justo, mais humano, menos violento, contudo, lhe faltam certa autonomia política.

O foco central deste trabalho é justamente este, tentar alertar e condicionar a humanidade para um poder único, uma democracia global que possa regimentar nossa humanidade e a torna-la, por fim, uma sociedade. De que maneira, quando e aonde isso vai acontecer são especificações que fogem a competência deste ensaio, que tem por objetivo precípua, tão somente, sua anúnciação e condicionamento.

E, para tanto, temos que começar a repensar nossos objetivos, nossos arranjos, nossas ideologias, acreditando que o primeiro passo precisa ser dado. Não



se trata de proselitismo ideológico, mas sim, de darmos a oportunidade de apresentar novas propostas que possam suportar o mundo latente que está por emergir. A necessidade pela mudança salta aos olhos ao percebermos que no início de tudo éramos iguais e aliados por natureza, e hoje, somos diferentes e inimigos por convenção.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alaôr Caffé. **Estado e Ideologia, Aparência e Realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ARISTÓTELES. **Política**. 6ªed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização, as Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BIANQUINI, Flávia Lemos. **Educação na Comunidade Primitiva**. Disponível em: <http://educerhist.blogspot.com.br/2011/06/educacao-na-comunidade-primitiva_18.html> Acesso em 20 mar. 2014.

BRUHL, Henri Lévi. **Sociologia do Direito**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CESNIK, Fábio de Sá; BELTRAME, Priscila Akemi. **Globalização da Cultura**. Vol.8. Barueri: Manoele, 2005.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Qual é a tua Obra?** 13ªed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CUTLER, Howard. **A Arte da Felicidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. 3ªed. São Paulo: Edipro, 2012.

MORIN, Edgar. **Sociedade-mundo ou Império-mundo?** In: Política Externa, vol.11 nº1, São Paulo: Paz e terra, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Bauru: Edipro, 2011.



SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização**. 6ªed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VASCONSELLOS, Marco Antônio. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva.

